

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.622 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2002

## Comissão concentra esforços para votar o Orçamento de 2003 até amanhã

A Comissão Mista de Orçamento inicia hoje esforço concentrado para tentar garantir, até amanhã, a aprovação do parecer final do relator Sérgio Machado. Da comissão, a proposta será encaminhada ao exame do Plenário do Congresso.

PÁGINA 7

## Congresso realiza período de autoconvocação extraordinária

A partir de hoje, e até sexta-feira, o Congresso Nacional trabalha em sessão legislativa extraordinária, por autoconvocação. O principal objetivo é votar o Orçamento de 2003.

PÁGINA 8



Rosevelt Pinheiro

Projeto que disciplina relações de trabalho na contratação temporária foi acolhido pelos senadores

## Meirelles e Malan falam hoje a senadores

A Comissão de Assuntos Econômicos deverá ouvir hoje, em horários diferentes, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o indicado para presidir o Banco Central, deputado eleito Henrique Meirelles. A audiência de Malan está prevista para as 10h. A sabatina de Meirelles ocorrerá à tarde.

PÁGINA 2

## Aprovadas novas regras para trabalho temporário

Projeto da Câmara foi acolhido na forma de substitutivo pelo Plenário do Senado e terá que voltar ao exame dos deputados

Substitutivo a projeto da Câmara que disciplina as relações de trabalho prestado de forma temporária foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O texto define o que pode ser considerado trabalho temporário para atendimento da necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou da demanda complementar de serviços. É proibido o uso dessa modalidade para substituir trabalhadores em greve. Além disso, o projeto estabelece que não existe vínculo de emprego entre a tomadora de serviços e os empregados contratados pela empresa de trabalho temporário. Como foi alterada durante a tramitação no Senado, a matéria deverá voltar ao exame dos deputados.



Genildo Magela

Henrique Meirelles, que conversou ontem com os senadores, cumprimenta Romero Jucá, observado por Eduardo Suplicy

PÁGINA 3

# Meirelles e Malan devem debater hoje no Senado inflação e crescimento

Comissão de Assuntos Econômicos ouve pela manhã o ministro da Fazenda sobre acordo com FMI e sabatina à tarde indicado para presidir o Banco Central



Ney Suassuna: "Podemos ter transferência de poder sem traumas"

## Suassuna espera aprovação para o Banco Central

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem em Plenário que sua expectativa é a de que o Senado aprove a indicação de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central. Ele afirmou que a medida tranquilizará os mercados.

— Poderemos ter, nos mercados financeiros nacional e internacional, os primeiros sinais de tranquilidade, em uma transferência de poder sem traumas — disse. Suassuna também manifestou confiança de que as escolhas do governo Lula serão as mais acertadas possíveis.

Ele observou ainda que o Congresso está buscando colaborar com o novo governo.

— O Brasil está dando um exemplo, e todos nós estamos nos esforçando para cumprir o nosso papel. Seja PFL, PMDB, seja PT ou qualquer dos partidos, estamos imbuídos da responsabilidade que compete a cada um de nós.

Em horários diferentes, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deverá ouvir hoje o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o provável presidente do Banco Central do novo governo, Henrique Meirelles. A expectativa dominante entre senadores que integram a comissão está direcionada para dois temas: o temor pela volta da inflação e o desejo de retomada do crescimento da economia, com a geração de renda e de mais empregos a partir de 2003.

O ministro Pedro Malan deverá comparecer à CAE a partir das 10h da manhã de hoje, quando está previsto o início da audiência pública que elegerá como tema prioritário os termos da última negociação feita pelo atual governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar de muito amplo, o tema envolve, principalmente, as políticas monetária, fiscal e cambial e as metas estabelecidas em torno delas.

À tarde, após a ordem do dia no Plenário, a CAE pretende sabatinar Henrique Meirelles, indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a pedido do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para exercer o cargo de



Henrique Meirelles (à direita, em conversa com o senador Eduardo Suplicy) será sabatinado hoje à tarde pela CAE

presidente do Banco Central. A indicação necessita da aprovação do Senado.

Em entrevista coletiva na grana do Torto, Meirelles não quis antecipar os pontos básicos de ações administrativas que pretende adotar no Banco Central. Ele afirmou que só poderia falar sobre temas econômicos no momento em que fosse sabatinado pela CAE. Entretanto, destacou que sua meta principal é garantir a estabilidade do real, para, desse modo, criar uma das condições fundamentais à retomada do crescimento econômico, desejada pelo presidente eleito.

Em recente entrevista, Pedro Malan disse que o futuro governo tem emitido sinais positivos contra a volta da inflação, destacan-

do-se aí a rigidez na condução da política fiscal, o rigor na política monetária e o cuidado na administração da política cambial. A preservação da inflação sob controle e da responsabilidade fiscal, com a geração de superávit primário necessário para estabilizar a relação entre a dívida líquida e o Produto Interno Bruto (PIB), diz Malan, nunca foi questionada pelo futuro governo.

Malan afirmou ainda não haver motivo para que a inflação fuja de controle, principalmente porque o futuro governo não pensaria em trazer de volta a indexação, formal ou informal. O ministro acha também fundamental a manutenção dos parâmetros de gestão pública implantados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Primeiro estrangeiro a presidir banco americano

**O** escolhido para presidir o Banco Central no governo de Luiz Inácio Lula da Silva é o goiano Henrique de Campos Meirelles, nascido em Anápolis, em 1945. Engenheiro civil e economista, com pós-graduação em administração de empresas, Meirelles entrou na política recentemente ao filiar-se ao PSDB e concorrer a uma vaga de deputado federal. Elegeram-se com 183.046 votos — a maior votação entre os candidatos de seu estado à Câmara dos Deputados.

É internacionalmente reconhecido pela sua carreira no BankBoston, onde começou a trabalhar em 1974, em uma filial brasileira, até se aposentar, ano passado, no cargo de presidente mundial da instituição financeira, posição que ocupou durante seis anos. Foi o primeiro estrangeiro a assumir o cargo de presidente de um banco americano.

Se for aprovado pelo Senado Federal para assumir a presidência do Banco Central, Meirelles terá de renunciar ao mandato de deputado federal.

## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2002

### PLENÁRIO

17h — Sessão Solene do Congresso Nacional para instalação da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

14h30 — Sessão extraordinária

Pauta: PLC nº 106/02, altera a redação do artigo 84 do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), dispõe sobre foro especial de processo e julgamento a ex-autoridade; terceira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 2/02, altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal (destinação do salário-educação); e primeira sessão de discussão em primeiro turno da PEC nº 38/00, dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 55 da Constituição federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de deputado e senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do caput do mesmo artigo.

### COMISSÕES

9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: PLS nº 266/01, institui a renda básica incondicional ou a renda de cidadania.

10h — Exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre balanço de sua gestão à frente da economia brasileira. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação de relatórios apresentados a avisos e projetos remanescentes de pautas anteriores.

12h, 14h, 16h e 18h — Apreciação de matérias em tramitação na comissão e apreciação do relatório final apresentado à proposta orçamentária para 2003. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

Após a ordem do dia — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Sabatina de Henrique Meirelles, indicado para ocupar a presidência do Banco Central. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

### PREVISÃO

### COMISSÕES

Quarta-feira

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

10h, 12h, 14h, 16h e 18h — Apreciação de matérias em tramitação na comissão e apreciação do relatório final apresentado à proposta orçamentária para 2003. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Fernando Ribeiro quer compensar estados com saldo positivo na balança comercial



Célio Azevedo

## Adiada decisão sobre PEC que compensa estado exportador

Prevista para ser votada, em primeiro turno, ontem, foi retirada de pauta, por falta de quórum, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) que cria compensação financeira em favor dos estados que produzirem saldo positivo na balança comercial. Para serem aprovadas, as PECs precisam do apoio de três quintos dos senadores – 49 votos.

De acordo com a proposta, 20% do Imposto de Importação deverão ser destinados aos estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao saldo positivo anual da respectiva balança comercial com o exterior. O texto também determina que os recursos recebidos devem ser aplicados em obras de infra-estrutura econômica e sua manutenção, tendo em vista o fomento das exportações.

## Distribuição do Fundo de Segurança pode mudar

Em segundo turno, o Senado aprovou ontem projeto de lei alterando as regras de destinação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A proposta inclui os corpos de bombeiros entre os que receberão dinheiro do fundo. Outra alteração vai possibilitar que esses recursos financiem projetos de sistemas de informações, de inteligência e investigação, de estatísticas policiais, bem como da informatização

da segurança pública.

O município que tiver policiamento comunitário e conselho de segurança pública também vai poder ter acesso aos recursos do FNSP. Hoje, só recebem dinheiro do fundo o município que possui guarda municipal e o estado que tenha instituído plano de segurança pública. De iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, o projeto agora vai à deliberação da Câmara.

## Vai à CI projeto que vincula recursos a bacia hidrográfica

O Plenário decidiu ontem enviar ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) o projeto que disciplina a aplicação dos valores arrecadados no Brasil pelo uso de recursos hídricos. O texto determina que todos os valores recolhidos com a cobrança pelo uso de lagos, rios e outros recursos hídricos e com as multas pelo descumprimento da legislação devem ser integralmente aplicados na própria bacia hidrográfica onde foram gerados.

De acordo com a iniciativa, a receita deve ser utilizada no financiamento de estudos, programas, projetos, obras e no pagamento de despesas dos órgãos e entidades ligados à bacia, integrantes do Sistema Nacional de



Célio Azevedo

Waldeck Ornélas foi o relator da Comissão Especial do Rio São Francisco

Recursos Hídricos.

O projeto decorre dos trabalhos da Comissão Especial do Rio São Francisco, cujo relator foi o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

# Plenário aprova regras para trabalho temporário

Senadores acolhem substitutivo a projeto oriundo da Câmara. Como foi modificada, matéria terá que ser reexaminada pelos deputados

Por maioria simples (metade mais um dos senadores presentes), o Senado aprovou ontem projeto disciplinando as relações empregatícias na empresa de trabalho temporário, na empresa de prestação de serviços e nas respectivas tomadoras de serviços e contratantes. Como foi aprovado na forma de substitutivo, o texto voltará à deliberação da Câmara.

De acordo com o texto, será proibida, por exemplo, a contra-

ção de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve. O projeto define como trabalho temporário aquele prestado por pessoa contratada por empresa de trabalho temporário, que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender a necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços.

Demanda complementar de

serviço é definida no projeto como a decorrente de fatores imprevisíveis ou, quando decorrente de fatores previsíveis, tenha natureza intermitente, periódica ou sazonal. Foi decidido que qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) se absteve de votar a matéria.

## Encerrada discussão do foro especial para ex-ocupantes de cargos públicos

O Senado encerrou ontem a discussão do projeto que prevê foro especial para ex-ocupantes de cargos públicos. A matéria está na pauta da sessão de hoje.

De acordo com o texto, já aprovado na Câmara dos Deputados, se o presidente da República, governador ou quem quer que detenha cargo público relevante, de-

pois de deixar a função, for processado por atos ocorridos ao tempo em que exercia suas atividades, o tribunal que o julgará terá que ser o mesmo que o julgará na época em que cometeu os respectivos atos.

Isso significa que, caso sejam processadas, essas autoridades não serão submetidas a juízo singular.

De autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), o texto altera o Código de Processo Penal para determinar que "a competência especial por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece ainda que o inquérito ou ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública".

## Renda de Cidadania em votação final na CAE

As atividades da autoconvocação do Congresso iniciam-se no Senado com reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), hoje, às 9h30, para analisar propostas incluídas na pauta pelo presidente da Casa, Ramez Tebet. Entre elas está o projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a Renda Básica de Cidadania, extensiva a todos os brasileiros.

Em sua última reunião, a CAE aprovou substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG) à proposta de Suplicy. O texto irá a votação em turno suplementar na comissão antes de ser considerado definitivamente aprovado. No substitutivo, Francelino estabelece um cronograma para a instituição do benefício monetário, a ser concedido a partir de 2005.

A proposta sugere que o pagamento comece pelos brasileiros que se encontram abaixo da linha da pobreza, estendendo o benefício, gradualmente aos demais, inclusive os mais ricos. De acordo com a proposta, o Im-

posto de Renda não incidirá sobre o benefício.

CIDE

Durante a autoconvocação do Congresso, a CAE também deve analisar o projeto de lei da Câmara que altera a Lei Kandir, que desonerou exportações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A medida, já aprovada pela Câmara dos Deputados, prorroga o prazo em que os estados serão compensados pela perda de arrecadação do ICMS.

Outra proposta que deve ser analisada pelos senadores da comissão nesta semana é o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo, seus derivados, gás natural e



Roosevelt Pinheiro

Suplicy sugere que benefício comece pelos que estão abaixo da linha da pobreza

álcool etílico combustível.

O projeto, que também recebeu o aval dos deputados na última semana, aumentou o limite de cobrança da Cide sobre os combustíveis em 72%. Os recursos arrecadados devem ser aplicados

no Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (FNIT), criado em dezembro do ano passado.

Os membros da CAE, sob a presidência do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), também deverão se pronunciar acerca do projeto de lei de conversão da Medida Provisória 66, batizada de minirreforma tributária. O texto final, fruto de longas discussões na Câmara, prorroga a elevação da alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de 25% para 27,5% e da alíquota da Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL), de 8% para 9%.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

País deve acabar com a cultura do "jeitinho brasileiro", disse Carlos Patrocínio

## Patrocínio quer empenho de Lula no combate à corrupção

Depois de dois mandatos representando o estado do Tocantins, o senador Carlos Patrocínio (PTB) despediu-se ontem do Senado fazendo apelo para que os dirigentes do Brasil se empenhem na luta contra a corrupção. Segundo disse, "corruptores e corrompidos precisam ser punidos" e o país deve acabar com a cultura do "jeitinho brasileiro" e da chamada "Lei de Gérson", de querer levar vantagem em tudo.

— Se o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva conseguir diminuir 50% da corrupção do país, terá recursos mais que necessários para implantar todos os seus programas sociais e ainda sobrá dinheiro. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que aquilata a roubo *per capita*, chegou à conclusão de que, se não roubassem tanto, cada brasileiro teria R\$ 6 mil por ano — afirmou.

Patrocínio disse que sempre pautou sua atividade parlamentar utilizando-se de "três pontos da ótica médica". Tentar diagnosticar os problemas foi o primeiro eixo de sua atuação. O segundo foi tentar traçar ações preventivas. E o terceiro, trabalhar para erradicar os males, "buscando sempre o equilíbrio".

## Em sua despedida, senador recebe elogios e tem qualidades ressaltadas por colegas

A grandeza no trato com os colegas, o compromisso com a verdade, o respeito com o cidadão e a vontade de realizar transformações foram as características do senador Carlos Patrocínio destacadas pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG). Em aparte ao discurso de despedida do representante do Tocantins, Porto também elogiou Patrocínio por sua honradez, determinação e vontade de servir ao país.

Outros quatro senadores também se manifestaram durante o pronunciamento de despedida de Carlos Patrocínio. O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) afirmou que Patrocínio honrou os dois mandatos que exerceu, atuando sempre pautado pelos interesses do país. Já a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) lembrou a sensibilidade,

entre as atividades desempenhadas por Patrocínio no Senado, ele destacou sua indicação para relator da comissão parlamentar mista de inquérito que estudou a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. O senador também lembrou das gestões que fez para que o Tocantins passasse a contar com uma instituição federal de nível superior e das emendas que apresentou, com apoio da banca federal do estado, para a construção da Ferrovia Norte-Sul.

### UNILEGIS

— Durante quatro anos exerci as atribuições de segundo-secretário da Mesa da Casa, sob a competente presidência de Antonio Carlos Magalhães. Ressalto dois momentos que considero marcos de grande importância para o Senado e o Poder Legislativo em suas três instâncias: a implantação da Unilegis (Universidade do Legislativo) e do Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo). Empenhei-me para que esses dois organismos se tornassem realidade, tendo sido relator do empréstimo solicitado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que possibilitou a concretização do Interlegis.

de, a capacidade de trabalho e a colaboração que ele deu nos debates de temas referentes à saúde.

Lúcio Coelho, Emilia Fernandes e o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) lamentaram o fato de Carlos Patrocínio não ter disputado a reeleição para o Senado, em virtude de problemas de saúde. Amaral falou de sua certeza na vitória de Patrocínio se ele tivesse concorrido a uma das vagas no Senado pelo Tocantins.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) declarou que Patrocínio deixa o Senado com a cabeça erguida e o sentimento do dever cumprido. Ele elogiou a postura do colega, a qualidade de suas proposições e o respeito que Patrocínio sempre dispensou aos demais senadores em todas as ocasiões.



Lúcio Alcântara, que se despediu ontem do Senado, assume em janeiro o governo do estado do Ceará

## Alcântara deixa a Casa "com a sensação do dever cumprido"

Em seu discurso de despedida, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse "ter vivido, até aqui, talvez a mais significativa etapa" de sua vida pública no Senado, pois ao mesmo tempo pôde representar seu estado e "melhor compreender a complexa, contraditória, rica e fascinante realidade brasileira". Já tendo ocupado os cargos de prefeito de Fortaleza, vice-governador, secretário de estado da Saúde e de Assuntos Municipais, deputado federal e deputado constituinte, ele assume no próximo ano o governo do Ceará.

Lúcio Alcântara ressaltou que deixa a Casa com "a sensação do dever cumprido", embora com a certeza de "ter recebido mais do que pôde oferecer".

— O que fiz foi dedicar-me ao aperfeiçoamento da democracia, ampliando a participação da cidadania na formulação, aplicação e controle da ação pública, zelando pela ética e pela transparência. Em minhas iniciativas legislativas, contemplei a luta pela

melhoria da qualidade de vida e bem-estar da sociedade como prioridade. Quis, e penso que consegui, defender em todos os seus aspectos os valores da dignidade da pessoa humana — afirmou.

Alcântara citou sua colaboração para a aprovação de vários projetos, entre eles o que garante a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do vírus HIV; o que estabeleceu o medicamento genérico; o que simplificou os documentos para doações de órgãos; e, principalmente, os que criaram o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O senador também citou seu trabalho no Conselho Editorial do Senado. Segundo disse, o reconhecimento demonstrado por parte da intelectualidade brasileira atesta a magnitude do trabalho do conselho, que reeditou obras essenciais para a compreensão da experiência histórica brasileira.

## Conhecimento da administração pública e gestão na presidência da CAE são destacados

Diversos senadores apartearam Lúcio Alcântara em seu discurso de despedida. Lúcio Coelho (PSDB-MS) afirmou ser ele um dos homens públicos que mais conhecem a administração pública brasileira.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) ressaltou que Alcântara se distinguiu por sua atenção com problemas relacionados não apenas ao Ceará, mas também aos outros estados. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou sua participação nas mudanças que modernizaram o país nos últimos oito anos, lembrando o biênio em que, sob a presidência de Alcântara, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projetos como o que resultou na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) parabenizou Alcântara "pelo rigor com que sempre desenvolveu suas atividades". Lindberg Cury (PFL-DF) agradeceu a forma como foi recebido na CAE, segundo ele uma comissão que "sempre deu prioridade aos assuntos mais importantes" na gestão de

Lúcio Alcântara.

Já o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) ressaltou o "profícuo trabalho" de Alcântara na CAE, em especial na análise de concessões de empréstimos e benefícios aos estados. Emilia Fernandes (PT-RS) falou sobre a convivência com Alcântara nas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), em que ele atuou "com muita competência e dedicação".

O senador José Agripino (PFL-RN) disse que terá "muita saudade do convívio afável" de Alcântara. Para Agripino, trata-se de "um político atento, arguto, sério e abrangente", que participa de tudo com competência e seriedade. O senador Olivir Gabardo (PSDB-PR) destacou sua atuação na presidência do Instituto Teotônio Vilela. Nabor Júnior (PMDB-AC) desejou "um grande desempenho à frente do governo do Ceará". Arlindo Porto (PTB-MG) afirmou que o representante cearense sempre lutou para construir uma sociedade mais justa.





Fotos: Roosevelt Pinheiro

Trabalho na Comissão de Infra-Estrutura também foi lembrado por Emilia Fernandes

## Emilia lembra luta “contra as privatizações indiscriminadas”

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS), a primeira senadora gaúcha da história da República, despediu-se ontem da Casa com um balanço de sua atividade parlamentar e lembrou que, como presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em 1999-2000, previu a crise de energia e o “aviltante apagão” que viriam em 2001. Emilia ressaltou que, mesmo derrotada na disputa pelo Senado, teve em 2002 mais de 2 milhões de votos – 800 mil a mais do que recebeu em 1994, quando se elegeu senadora.

Emilia Fernandes lembrou sua “luta contra as privatizações indiscriminadas do governo Fernando Henrique Cardoso”, pela aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e em defesa do setor primário, do cooperativismo, das pequenas e médias empresas e do municipalismo, e do fortalecimento do Mercosul – em vez da ênfase na criação da Área de Livre Comércio

das Américas (Alca).

– Fiz oposição dura ao governo, sim, mas uma oposição propositiva, promovendo o desenvolvimento sustentável do ponto de vista social, econômico, ambiental, cultural, humanitário e não excludente – disse.

A senadora lembrou também a criação do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, homenagem prestada anualmente pelo Senado a cinco mulheres que se destacam na luta pelos direitos femininos. Ela recordou que chegou à Casa em um ano emblemático – 1995 –, quando assumiram seus mandatos uma mulher seringueira, Marina Silva (PT-AC), e a primeira negra eleita senadora na história do Brasil, a hoje governadora Benedita da Silva (PT-RJ).

A senadora pelo Rio Grande do Sul acrescentou ter legislado sempre em defesa da nação, acrescentando que, por isso, contrariou interesses.

## Doze parlamentares prestam homenagem à primeira senadora do Rio Grande do Sul

Emilia Fernandes foi homenageada por doze senadores durante seu pronunciamento. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) lamentou que, justamente quando a bancada feminina chegará a 12 parlamentares, a principal coordenadora de temas referentes à mulher estará ausente.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que Emilia teve atuações extraordinárias nas comissões de Educação e de Assuntos Sociais. Arlindo Porto (PTB-MG) destacou que ela honrou o partido no período em que foi membro atuante do PTB.

Já o senador José Agripino (PFL-RN) afirmou que ela teve atuação marcante nas comissões parlamentares de inquérito. A senadora Marina Silva (PT-AC) disse estar certa de que Emilia continuará sua mi-

litância política em defesa das causas sociais. Para Lindberg Cury (PFL-DF), Emilia inscreveu o próprio nome na história do Senado. Segundo Tião Viana (PT-AC), a senadora vai deixar “saudades vivas”.

Nabor Júnior (PMDB-AC) garantiu que Emilia honrou as tradições de grandes parlamentares gaúchos. Luiz Pastore (PMDB) manifestou a esperança de que seu estado, o Espírito Santo, tenha em breve uma senadora tão aguerrida como Emilia.

José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que Emilia transformou a Comissão de Educação em fórum de debates. Carlos Patrocínio (PTB-TO) afirmou que o Rio Grande do Sul está de parabéns por ter uma senadora como Emilia. E o senador José Jorge (PFL-PE) elogiou a luta de Emilia pela educação.



Partidos fortes e coerentes são os instrumentos capazes de construir um Estado justo, destacou Porto

## Arlindo Porto afirma que manterá atuação política

Mesmo não tendo disputado a última eleição, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) afirmou ontem em seu discurso de despedida do Senado que manterá a atuação política. Ele aproveitou o pronunciamento para defender o fortalecimento dos partidos políticos.

– Partidos fortes, coerentes e comprometidos com a sociedade são os únicos instrumentos capazes de construir um Estado moderno e justo. Precisamos construir um federalismo cooperativo e desmontar o federalismo competitivo em que vivemos, criado pela reforma tributária de 1966, agravado pela Constituição de 1988 e distorcido pela desproporcionalidade na representação política no Congresso Nacional.

Uma das premissas dessa nova Federação, conforme o senador, será a realização da reforma tributária. No entanto, Porto identifica na falta de uma correta definição

de funções e atribuições dos entes da Federação a principal dificuldade para que essa reforma seja efetivada.

As desigualdades sociais foram também apontadas por Arlindo Porto como o grande problema enfrentado pelo Brasil. Para superá-lo, disse, o caminho é o desenvolvimento econômico.

Além de recomendar a criação de incentivos financeiros para que as empresas aqui instaladas possam se desenvolver, “sem depender do capital alheio a juros suicidas”, Arlindo Porto ressaltou seu otimismo com as perspectivas do setor agrícola, em virtude da escolha do economista Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura, pasta que o próprio senador comandou por dois anos.

De acordo com Porto, Rodrigues dispõe de todas as credenciais para obter êxito em suas novas funções.

## Simon: dificilmente Minas terá um representante com tanta presença

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), “os caminhos e os descaminhos da política” fizeram com que Arlindo Porto esteja saindo da vida pública. No entanto, disse, “Vossa Excelência deveria ter sido candidato e Minas o eleito”.

– Mas em política nem sempre o racional é o que acontece. Dificilmente Minas Gerais terá um senador com a sua presença – assegurou Simon.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) destacou que a grande contribuição prestada por Porto como ministro da Agricultura “beneficiou o Brasil todo e também o Rio Grande do Sul”. Ela ressaltou a qualidade de homem público do senador, que passou pelos mais diversos cargos, desde o de prefeito de sua cidade, Patos

de Minas, até o de ministro.

A coerência entre as atuações de Arlindo Porto como prefeito, vice-governador de Minas Gerais e ministro da Agricultura estrutura-se em torno de “pontos basilares da democracia”, segundo Carlos Patrocínio (PTB-TO).

– A nação perderá com esses próximos dois anos que Vossa Excelência ficará fora da vida pública – disse.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) ressaltou que, se o Brasil pode comemorar o aumento das exportações de carne, foi porque Porto teve a visão de implantar o programa. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) ressaltou que Minas Gerais e o Brasil têm grande respeito pelo senador Arlindo Porto.

## Edison Lobão elogia trabalho e competência dos que terminam o mandato

Na presidência da sessão de ontem, o senador Edison Lobão (PFL-MA) comentou a atuação dos senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Emilia Fernandes (PT-RS) e Arlindo Porto (PTB-MG), que fizeram discursos de despedida do Senado. Lobão classificou o mandato de Patrocínio como fecundo e sempre volta-

do para os mais legítimos interesses do Tocantins.

Sobre Lúcio Alcântara, Edison Lobão destacou a contribuição para que fossem colocados em prática o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e a Bolsa-Educação. Ele também elogiou a atuação de Alcântara nas presidências da Comissão de

Assuntos Econômicos e do Conselho Editorial do Senado, e o parabenizou pela eleição para o governo do Ceará.

A participação de Emilia Fernandes em todas as comissões das quais fez parte e também no Plenário do Senado mereceram registro de Edison Lobão.

– Emilia faz parte do grupo de mulheres

que honra o exercício da vida pública e que pontificou também aqui no Senado da República – comentou Lobão.

Referindo-se ao senador Arlindo Porto, Lobão lembrou a competência e a dignidade com que o senador mineiro desempenhou todas as funções que lhe foram conferidas.

# Pastore quer democratizar os recursos da Lei Rouanet

Senador propõe mecanismos para mudar a situação atual de concentração de projetos no Rio de Janeiro e em São Paulo

Em discurso proferido ontem, o senador Luiz Pastore (PMDB-ES) pediu a aprovação de projeto de sua autoria que democratiza os incentivos previstos na Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Dados fornecidos pelo Ministério da Cultura (Minc) apresentados em Plenário pelo parlamentar indicam que, de 1996 a 2001, projetos originados no Rio de Janeiro e em São Paulo foram beneficiados com mais de R\$ 1 bilhão, do R\$ 1,377 bilhão movimentado com a utilização da lei.

O representante capixaba trouxe outro dado que mostra a concentração dos recursos movimentados por meio da Lei Rouanet. No único ano em que o Minc forneceu a relação dos 20 maiores projetos que utilizaram a lei, eles ficaram com 30% dos recursos. Isso significa que os 20 representavam



Limites progressivos para dedução no IR vão ampliar patrocinadores, diz Luiz Pastore

apenas 0,7% do total de 2.869 projetos aprovados.

Luiz Pastore pretende que sejam adotados limites progressivos de acordo com o faturamento das empresas, para dedução no Imposto de Renda dos recursos aplicados por meio da lei. Sugere que grandes bancos ou montadoras de automóveis continuem com o limite de 4%, enquanto que peque-

nas empresas, como "um distribuidor de bebidas de bairro ou uma fábrica de farinha no interior do país", possam ter um limite de até 10%.

— Assim, às 1.200 empresas que hoje participam do *marketing* cultural incentivado poderiam se somar cerca de 5.000 novas empresas, se usados limites escalonados, quintuplicando o universo de patrocinadores potenciais e afrouxando o cerco às grandes organizações — afirmou o parlamentar.

O senador questionou o fato de somente as empresas tributadas pelo lucro real poderem se beneficiar dos incentivos fiscais da Lei Rouanet. Também defendeu o fim da possibilidade de que empresas de comunicação possam se beneficiar da lei em projetos culturais, educativos e não comerciais, que não constava do texto original da lei. Com essa possibilidade, afirmou, os produtores independentes passaram a ter "uma concorrência desigual e desleal".

## Mozarildo presta homenagem à LBV

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) prestou uma homenagem à Legião da Boa Vontade (LBV) pelos 53 anos de fundação da instituição. Entidade filantrópica, de ação social e educacional, criada em 1º de janeiro de 1950 por Alziro Zarur e presidida hoje pelo jornalista José de Paiva Neto, a LBV, disse Mozarildo, tem sua atuação reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Tendo como lema "Educação e Cultura, Saúde e Trabalho", a LBV desenvolve programas que beneficiam a família, a infância, a adolescência e a maternidade, informou o senador. A entidade mantém lares para crianças e idosos pobres, escolas em todo o país "e presta um serviço social de valor inestimável".

O senador destacou a criação pela LBV, em 21 de outubro de



Templo da Boa Vontade foi destacado por Mozarildo como ponto de encontro do ecumenismo

1989, do Templo da Boa Vontade, em Brasília, "um monumento ao ecumenismo", que recebe um milhão de peregrinos por ano, sendo o monumento mais visitado em Brasília, segundo dados oficiais do governo do Distrito Federal.

— O Templo da Boa Vontade é um ponto de encontro da espiritualidade superior e do ecumenismo. Trata em alto nível de temas como filosofia, ciências e esporte, sempre com o objetivo maior da espiritualização e da melhoria do ser humano — disse o senador.

### PARLAMÚNDI

Ao lado do templo, acrescentou Mozarildo, funciona o Parlamúndi, Fórum Mundial da Fraternidade Ecumênica, que reúne pessoas da maior qualificação para ação social, formação humanística e espiritualização, o que ele classificou como uma honra para o país.

O senador encerrou o discurso com o trecho do *Cântico dos Anjos*, usado durante muitos anos por Alziro Zarur em suas transmissões radiofônicas: "Glória a Deus nas alturas. Paz na Terra aos homens de boa vontade".

## Lages, no Rio Grande do Norte, elegeu a primeira prefeita

O *Jornal do Senado* retifica informação divulgada em sua edição do dia 27 de novembro, página 4, na qual afirmava ter

ocorrido em Lages (SC) a eleição da primeira mulher para o cargo de prefeita no país. Em 1928, na verdade, foi eleita Alzira

Soreano para o referido cargo, mas na cidade de Lages, localizada no estado do Rio Grande do Norte.

## Comissões analisam projeto que visa ressarcir municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverão analisar projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que autoriza a União a firmar convênios destinados a ressarcir os gastos que os



Maguito: município arca com gastos que são da União ou do estado

municípios e os estados tenham efetuado com obras públicas de responsabilidade federal. A CCJ examinará a constitucionalidade do projeto e a CAE, o mérito. O exame do projeto pela CAE será em caráter terminativo, ou seja, se for aprovado segue para a Câmara dos Deputados, sem necessidade de ir a Plenário, a não ser que haja recursos nesse sentido.

O objetivo da proposta, argumenta o senador, é solucionar um problema recorrente na administração pública: os municípios assumem gastos de incumbência da União e depois não recebem o devido repasse das verbas despendidas. Ele citou como exemplo o conserto de carros e armas das polícias civil e militar ou a con-

servação e a recuperação de rodovias federais pelos prefeitos.

"Como sentem muito de perto os problemas que afligem a população, os prefeitos acabam assumindo obrigações que seriam dos estados e da União, que se têm omitido em diversos setores da política pública", observa Maguito Vilela na justificativa da proposta.

### CONSTITUIÇÃO

Maguito explica que, embora a Constituição estabeleça a divisão de receitas e obrigações entre os três entes federados (municípios, estados e União), a questão do ressarcimento aos municípios não está explícita no texto constitucional. De acordo com o projeto, os convênios para o repasse deverão especificar procedimentos para reembolso das despesas e dotações orçamentárias necessárias.

O projeto começa a tramitar no momento em que o governo prepara uma medida provisória com o objetivo de ressarcir os estados por gastos que fizeram com obras em rodovias federais.

## Luiz Otávio destaca Pará Urbe e elogia governador

O projeto Pará Urbe, destinado ao desenvolvimento econômico e social do Pará, irá proporcionar um salto de progresso ao estado, avaliou o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), ao cumprimentar o governador Almir Gabriel (PSDB) por sua administração. O senador disse estar



Para Luiz Otávio, estado terá grande avanço com projeto

confiante na continuidade do programa pelo governador eleito Simão Jatene (PSDB).

Luiz Otávio explicou que o projeto prevê a aplicação de US\$ 160 milhões em ações estratégicas de desenvolvimento urbano e regional no estado e foi elaborado por técnicos e administradores que conhecem a realidade da região. Entre eles, informou, está o próprio governador eleito, que auxiliou na implementação do Pará Urbe, quando na função de secretário especial de Produção.

A primeira fase do programa in-

vestirá US\$ 80 milhões em ações para o fortalecimento dos municípios e dos órgãos estaduais e para a melhoria da infra-estrutura necessária para dinamizar a economia local.

Uma das obras prioritárias do Pará Urbe, informou o senador, será a construção do Pronto-Socorro Metropolitano, com mais de 200 leitos e que custará cerca de R\$ 20 milhões, servindo para treinamento de profissionais que atuam em emergência médica.

Luiz Otávio observou que o programa tem o apoio de toda a classe política do Pará, tendo sido, inclusive, um dos motivos para a apresentação de 15 emendas consensuais da bancada ao Orçamento Geral da União. O senador sugeriu emendas para elevar recursos para obras emergenciais do estado.



## Moreira não vê indícios para que CFC investigue grilagem

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) pode votar hoje, a partir das 11h30, o parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) contrário a requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitando que o colegiado investigue indícios de irregularidade nas negociações de terras públicas envolvendo autoridades do Distrito Federal. Na semana passada, foi concedida vista coletiva da matéria, logo após a leitura do parecer pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), indicado relator substituto.

A recusa de Moreira Mendes em acatar o requerimento se baseou em consulta feita à Advocacia Geral do Senado Federal. Após analisar gravações de telefonemas entre altas autoridades do Executivo e do Judiciário do Distrito Federal e o deputado distrital eleito Pedro Passos (PSD), denunciados por suposto envolvimento na grilagem de terras públicas, a Advocacia não constatou "qualquer indício de perda, extravio ou irregularidade que pudesse resultar em prejuízo ao erário" com participação da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), empresa gestora dessas áreas, cujo capital é formado com a participação da União.

Se houve tráfico de influência por parte dos acusados de grilagem, destaca o parecer, teria sido motivado pela iniciativa da Terracap de derrubar cercas divisórias erguidas irregularmente em terras públicas, algumas, inclusive, de domínio da



Moreira Mendes sugere ao TCU e Ministério Público que mantenham rigor em suas investigações

União. Por outro lado, as providências reivindicadas e que estariam na alçada da CFC, como solicitar ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial na Terracap e encaminhar relatório para instruir ação judicial a ser promovida pelo Ministério Público da União (MPU), já foram tomadas.

— Logo, o requerimento, sob este ponto de vista, objetiva providências já efetivadas. Os possíveis procedimentos a serem adotados por esta comissão constituiriam trabalho vão, em frontal contrariedade aos princípios da razoabilidade e economia do processo — afirmou Moreira Mendes. Embora indefira o pedido, o relator sugere que a CFC envie ofício ao TCU e ao MPU para que ambos mantenham o rigor de suas investigações e informem ao Senado as providências adotadas, bem como a existência de elementos que possam suscitar novos rumos na investigação.

## Osmar elogia a postura do seu suplente Pedro Seleme

O senador Osmar Dias (PDT-PR) agradeceu ontem, em Plenário, ao seu suplente, Pedro Seleme, pela "postura ética" com que se comportou durante os oito anos do seu primeiro mandato.

— Na política, vale muito esta postura de lealdade que teve o empresário Pedro Seleme — afirmou.

Osmar ressaltou que foi uma honra ter como suplente Pedro Seleme, que qualificou como "um empresário honrado, uma pessoa digna, de respeito, e de uma postura ética inquestionável".

Reeleito para um segundo mandato, o senador disse que, caso



Osmar Dias afirmou que Seleme, "empresário honrado e digno", portou-se com ética inquestionável

tivesse se afastado da Casa, estaria sendo representado "à altura, com a mesma decência, dignidade e respeito" ao povo de seu estado e ao país.

# CMO deve votar até amanhã parecer final do Orçamento

Tão logo seja aprovada pela comissão mista, proposta seguirá para votação no Plenário do Congresso Nacional

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve iniciar hoje esforço concentrado para tentar votar, até amanhã, o parecer final do relator-geral da proposta do Orçamento da União para 2003, senador Sérgio Machado (PMDB-CE). Imediatamente após a aprovação na CMO, a matéria será encaminhada à apreciação do Plenário do Congresso Nacional.

Segundo explicou o presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), serão realizadas reuniões contínuas e sucessivas. A primeira delas começa às 10h, dando continuidade à pauta da reunião anterior, que analisou matérias como a que autoriza a retomada das obras do Aeroporto Internacional de Salvador e o parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) sobre o relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito das contas da União relativas ao exercício de 2001.



Para analisar o parecer final que será apresentado pelo relator, colegiado fará hoje e amanhã um esforço concentrado, com reuniões sucessivas

Em princípio, as reuniões extraordinárias destinadas ao exame do parecer final do relator Sérgio Machado estão marcadas para 12h, 14h, 16h e 18h.

Amanhã, as reuniões para análise, discussão e votação do parecer sobre a proposta orçamentária do próximo ano terão início às 10h. A última está prevista para as 18h. A partir daí, não há prazo para o trabalho da comissão terminar.

Desde a tarde de ontem, está disponível no *site* da Comissão Mista de Orçamento ([www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orca\\_orca.htm](http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orca_orca.htm)), na Internet, a apreciação detalhada feita pelo relator-geral das emendas individuais e coletivas que foram apresentadas à proposta orçamentária. O relator-geral aprovou R\$ 1,18 bilhão para as emendas individuais e R\$ 3,38 bilhões para as emendas coletivas.

## Relatório prevê verba para mínimo de R\$ 240

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE) informou que, em seu parecer sobre a proposta orçamentária da União para 2003, destinou R\$ 4,3 bilhões à cobertura de despesas com o reajuste do salário mínimo e os gastos sociais dele decorrentes, como os benefícios da Previdência. Com esta reserva, assegurou o relator-geral do Orçamento, já está plenamente garantido um salário mínimo de R\$ 240. Sérgio Machado explicou que não quis, com essa destinação de recursos, fixar o novo valor do salário mínimo. A medida, destacou, caberá ao novo presidente da República. O que a Comissão de Orçamento, interpretando a vontade expressa da grande maioria dos parlamentares,



Sérgio Machado esclareceu que cabe ao presidente da República fixar o novo valor

fez foi garantir recursos que viabilizem uma decisão presidencial nesse sentido. **COMBATE À FOME** O relator-geral informou que a nova proposta orçamentária também previu R\$ 2,5 bilhões para a cobertura de despesas com programas de combate à

fome, de modo a dar suporte à prioridade número um do governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. A distribuição espacial dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) foi revista, elevando-se, num primeiro momento, as dotações para a saúde em todos os estados em pelo menos 2,5%.

Em relação às verbas para a saúde, um outro trabalho da comissão consistiu em elevar os montantes destinados aos estados mais pobres, de modo a garantir que estes possam alcançar a mesma despesa *per capita* prevista para os demais, obviamente, respeitando-se os limites de disponibilidade de recursos.

# Comissão Representativa atuará no recesso

Formado por 16 senadores e igual número de deputados, compete ao colegiado, entre outras atribuições, fiscalizar atos do Executivo, convocar ministros de Estado e aprovar solicitações de créditos adicionais

Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, receber petições, reclamações e representações de qualquer pessoa contra medidas ou omissões de autoridades ou entidades públicas e convocar ministro de Estado são algumas das atribuições da Comissão Representativa do Congresso Nacional, órgão previsto na Constituição para o recesso parlamentar, que funcionará a partir de hoje até o dia 14 de fevereiro de 2003. Mesmo no período de convocação extraordinária do Legislativo, como acontece esta semana, a comissão desempenha suas funções.

Ontem, realizou-se a última sessão ordinária desta legislatura, já que a Constituição estabelece que o Congresso se reunirá até o dia 15 de dezembro e que a sessão marcada para essa data é transferida para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em sábado, domingo ou feriado. O período de recesso, portanto, começaria hoje, e por esse



Com a tarefa de zelar pelas prerrogativas do Congresso Nacional, a comissão funcionará até o dia 14 de fevereiro

José Cruz

motivo, a Comissão Representativa estará funcionando já a partir desta data. Ela só não atuará nos dias destinados às sessões preparatórias para a posse dos parlamentares eleitos e a escolha dos membros das Mesas, conforme prevê o Regimento Comum.

Entre as competências da comissão estão a de zelar pelas prerrogati-

vas do Congresso Nacional, de suas Casas e de seus membros e pela preservação da competência legislativa do Parlamento; representar o Congresso em eventos de interesse nacional e internacional e exercer outras atribuições de caráter urgente que não possam aguardar o início do período legislativo seguinte sem prejuízo para o país ou suas instituições.

Cabe à Comissão Representativa, também, decidir sobre projeto de lei relativo a créditos adicionais solicitados pelo presidente da República, desde que sobre a matéria haja manifestação da Comissão Mista de Orçamento; e sobre projeto destinado a prorrogar prazo de lei, se o término da sua vigência ocorrer durante o período de recesso ou nos dez dias úteis seguintes ao seu término.

São ainda atribuições do colegiado, exercer a competência administrativa das Mesas do Senado e da Câmara, em caso de urgência, e deliberar sobre sustação de atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, desde que se caracterize a necessidade da medida cautelar em caráter urgente.

A composição da Comissão Representativa leva em conta a proporcionalidade da representação partidária. Integram o colegiado,

como titulares, os senadores Ramez Tebet (MS), presidente do Senado, e Renan Calheiros (AL), pelo PMDB; Edison Lobão (MA) e Mozarildo Cavalcanti (RR), pelo PFL; Geraldo Melo (PSDB-RN), pelo bloco PSDB-PPB; Heloísa Helena (PT-AL), pelo Bloco Oposição (PT-PPS); e Arlindo Porto (PTB-MG) e Osmar Dias (PDT-PR) pelo bloco PTB-PDT-PSB-PL.

E, também, os seguintes deputados: pelo PFL, Aracely de Paula (MG), Francisco Rodrigues (RR) e Paes Landim (PI); pelo PSDB, Jovair Arantes (GO), Márcio Fortes (RJ) e Sebastião Madeira (MA); pelo PMDB, Barbosa Neto (GO), Glycon Terra Pinto (MG) e José Borba (PR); pelo PT, João Grandão (MS) e Virgílio Guimarães (MG); pelo PPB, Márcio Reinaldo Moreira (MG); pelo PTB, Nilton Capixaba (RO); pelo bloco PDT-PPS, Fernando Coruja (PDT-SC); pelo bloco PL-PSL, Bispo Rodrigues (PL-RJ); e pelo bloco PSB/PCdoB, Agnelo Queiroz (PCdoB-DF).

## Congresso faz autoconvocação para votar Orçamento de 2003

O Congresso Nacional inicia hoje os trabalhos da sua autoconvocação em sessão solene marcada para as 11h. Durante a semana, os parlamentares deverão discutir e votar assuntos de competência privativa do Congresso, o que inclui o Orçamento de 2003. O



Carreiro, secretário-geral da Mesa, divulgou lista das matérias a serem votadas

Célio Azevedo

secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, divulgou a lista de propostas a serem analisadas pelos senadores neste período. As matérias serão incluídas na pauta pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, a partir de acordo das lideranças partidárias na Casa. Paralelamente, a pauta dos deputados está sendo definida pelo presidente da Câmara, Aécio Neves.

Se aprovado em turno suplementar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), constará da pauta do Senado o projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui uma renda de cidadania para todos os brasileiros. Há 17 projetos

de lei da Câmara a serem apreciados pelo Plenário do Senado. Um deles é o que altera a Lei Kandir de forma a prorrogar a compensação dada aos estados pelas perdas causadas pelos estímulos às exportações. Outro, altera a alíquota da

Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), que é cobrada sobre combustíveis. O projeto de lei de conversão da Medida Provisória 66, chamado de "minireforma tributária", também deve ser votado no Senado até o dia 20 de dezembro.

Deverão constar da pauta todos os assuntos de competência privativa do Senado, como a aprovação de autoridades, incluindo o presidente do Banco Central. Propostas da pauta do Congresso aprovadas pela Câmara e enviadas ao Senado também podem ser votadas pelos senadores até o fim desta semana.

## Unilegis lança amanhã pedra fundamental

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participa amanhã, a partir das 10h, da solenidade de lançamento da pedra fundamental das futuras instalações da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). O *campus* da instituição de ensino será localizado em terreno de 31 mil metros quadrados do Setor de Clubes Sul de Brasília, cedido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Após descerrar a placa inaugural da obra, Ramez Tebet deverá assinar documento autorizando a administração do Senado Federal a contratar o escritório de Oscar Niemayer para elaborar o projeto arquitetônico. No segundo semestre de 2003, a construção da sede da Unilegis deverá ser licitada, acredita o diretor executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Coutinho Madruga.

A previsão do Senado, conforme acrescentou o dirigente do ILB, é inaugurar a obra em 2005. Além de salas de aula, laboratórios, central de vídeo e alojamento, o *campus* deverá abrigar um centro cultural, contando com anfiteatro, área de exposição e um museu com obras

de arte do acervo do Senado.

### CURSOS

Embora ainda não tenha a sua sede própria, a Universidade do Legislativo Brasileiro iniciou suas atividades há cerca de dois meses, oferecendo um curso de especialização em Direito Legislativo, com duração de 360 horas, para 120 servidores do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com Florian Madruga, convênios já estão sendo firmados com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a promoção de novas atividades em 2003.

Está sendo acertada, por exemplo, a organização do curso Estado, Direito e Tecnologia da Informação, dirigido a servidores das assembleias legislativas e a ser ministrado a distância. Com duração de 18 meses, o curso contará com 70 vagas e período de inscrição e seleção iniciado em fevereiro próximo.

A oferta de cursos de caráter sequencial, com nível de gradua-



Solenidade amanhã, no futuro *campus*, contará com a presença de Ramez Tebet

Jane de Araújo

ção e dois anos de duração, também consta dos planos da Unilegis. "No início de 2003, deveremos dar entrada no pedido de autorização junto ao Ministério da Educação", informou o diretor do ILB, observando que a tônica dos cursos ofertados serão as atividades legislativa e parlamentar.

A solenidade de lançamento da sede da Unilegis também vai contar com a presença do vice-reitor executivo e diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e do vice-reitor acadêmico, professor Antônio Barbosa.